

Educação e desigualdades

Marco Maciel *

Para entender o que representa o desafio da educação brasileira, temos que nos deter em alguns aspectos fundamentais de nossa realidade. O Brasil é hoje a oitava economia do mundo. Temos a sexta população do Universo e somos o quinto país em extensão territorial de todo o Planeta. Dispomos, virtualmente, de todos os recursos naturais aproveitados em escala comercial pelo homem, e algumas de nossas reservas são consideradas inesgotáveis pelos padrões atuais de consumo. Ocupamos apenas a menor parte do nosso território, e o aproveitamento econômico de nossas disponibilidades permite-nos suprir as necessidades do nosso povo e gerar excedentes exportáveis para atender a uma população pelo menos dez vezes superior à nossa. E, para que chegássemos ao estágio em que nos encontramos, as gerações que nos antecederam tiveram que vencer obstáculos e desafios, de forma criativa. Expandimos o nosso território, consolidamos nossas fronteiras e estabelecemos uma convivência pacífica com nossos vizinhos. O talento da diplomacia brasileira assegura-nos a coerência de nossa política externa e o escrupuloso respeito à autodeterminação dos povos.

Mas nada disso faz do Brasil uma nação sem problemas. Se nos expandimos e aprimoramos nossas relações sociais de forma harmônica, nem por isso superamos todos os desafios. Um país com o grau de massificação que atingimos so se estabilizará política, social, econômica e institucionalmente à medida que formos capazes de dar estabilidade ou consistência às relações entre as classes e às relações entre as regiões que compõem a distribuição espacial de nossa relação. Enquanto os 40 por cento mais pobres dispuserem de menos de 10 por cento de toda a renda do País e os três por cento mais ricos disfrutarem de mais de 20 por cento dela, não poderemos ter justiça social. Enquanto a renda do Nordeste for de um terço da renda nacional, que, por sua vez, é um terço da que disfrutam as regiões mais desenvolvidas, estaremos em situação de precário equilíbrio. Enquanto, enfim, tivermos

que optar entre as incertezas precárias do populismo e as imposições do autoritarismo, viveremos sob o risco da crise política.

Todas essas diferenças que nos separam internamente e parecem comprometer nosso processo de desenvolvimento têm uma só e preponderante razão: as desigualdades abissais entre os que tudo têm e os que nada possuem; entre os que dominam os conhecimentos e os analfabetos; entre os que tudo podem e os que apenas sobrevivem. Este tem sido nosso maior desafio. A desigualdade parece ser a marca do nosso processo de desenvolvimento, pois o que caracteriza os países em vias de desenvolvimento, tanto quanto o padrão de pobreza, é a convivência, dentro do mesmo espaço físico, de modernas técnicas com técnicas decadentes e superadas. E, também, a coexistência da fome com o desperdício, do analfabetismo com a mais avançada tecnologia, da riqueza material com as carências culturais; dos padrões de saúde que permitem em áreas do País termos capazes de vencer a morte, realizar transplantes, enquanto em outras ainda se morre de endemias e de doenças que podem ser erradicadas e prevenidas pelas vacinas. Nosso processo de desenvolvimento se caracteriza, portanto, pela disparidade e pelo contraste.

Dentro desse quadro, a educação tem por certo um enorme papel a cumprir. Um homem não se educa para que possa sobreviver, pois os que não tiveram acesso à educação também sobrevivem. O homem educa-se, primeiro, para que seja capaz de dominar os instrumentos indispensáveis a sua plena realização pessoal. Realização tanto no campo material, participando do processo produtivo e tendo acesso aos bens produzidos coletivamente, quanto no campo espiritual, para que possa disfrutar das criações imperecíveis do espírito, no campo das artes, da literatura, enfim, de todas as formas da criação humana.

Mas ninguém se realiza individualmente se não é capaz de plena realização social. Gregário por natureza, o homem civilizado cumpre também uma função política, à medida que toma parte no governo de sua cidade, de seu Estado e de seu país e à pro-

porção que é capaz de determinar seu próprio futuro. Assim, para educar uma criança, complementar a educação do adolescente e suplementar a do adulto, é preciso prepará-lo para a cidadania, para suas responsabilidades coletivas, para seus deveres cívicos e para o desfrute de seus direitos; enfim, para suas responsabilidades políticas. Mas isto não basta. O processo educativo é o instrumento que desperta as potencialidades de cada indivíduo: não apenas ensinando-lhe uma profissão, um ofício ou uma determinada técnica. A educação deve permitir o pleno exercício da dúvida, da especulação e da busca da verdade. O homem educado não é necessariamente um homem sábio, mas um homem capaz de buscar o caminho da sabedoria. Esta é a razão por que os especialistas costumam dizer que educação é processo em permanente desenvolvimento. Ninguém pode ser considerado educado se não for capaz de adquirir novos conhecimentos e de desfrutar de todas as formas da criação humana.

Uma sociedade democrática é, pois, aquela que dá a todos os seus componentes o instrumento capaz de superar as desigualdades — a educação. Numa sociedade de pessoas educadas, as diferenças se reduzem porque, sendo todas igualmente dotadas, passam todas a ter a mesma possibilidade de superar as diferenças que as separam. Os homens educados, portanto, são, antes de mais nada, iguais em potencial de criatividade e de desenvolvimento. Por isso são capazes de ter o mesmo desempenho econômico e de produzir na mesma escala. Uma sociedade educada tende a ser uma sociedade igualitária: não no sentido de serem todos idênticos, mas no de terem todos as mesmas oportunidades. E para que isto se concretize no terreno educacional, não basta que as escolas proporcionem o mesmo ensino com o mesmo padrão de qualidade, pois a escola, na verdade, dá o ensino, que é uma parte da educação. E como lembra o artigo 176 de nossa Constituição, é preciso que, no lar e na escola, todas as crianças tenham o mesmo padrão de educação: o que implica desfrutar de direitos fundamentais de assistência médica, de padrões culturais que mantenham a sua identidade, de facilidades de

transportes, de alimentação adequada e, até, de lazer. Sem isto, a igualdade de oportunidades é uma utopia.

Para vencer a barreira do subdesenvolvimento é preciso, portanto, que o Estado cumpra o dever de suprir a mesma educação para todos, dê a todos a mesma educação que lhe for materialmente possível. Temos hoje mais de 20 milhões de analfabetos. Há cerca de cem anos, quando a nossa taxa era três vezes superior à atual, eles somavam menos de 11 milhões.

Um desafio dessa natureza não pode ser vencido apenas com os instrumentos frágeis e precários da vontade do Estado. Esta, como tenho reiterado, é uma tarefa para toda a sociedade, para todas as instituições. E este é o sentido do programa Educação para Todos, que constitui o fundamento da política educacional da Nova República, nos termos da opção social declarada pelo presidente José Sarney, e que está sendo tecida e executada participativamente, de baixo para cima. A prova disso está na recente realização do Dia Nacional do Debate, que mobilizou toda a sociedade brasileira na discussão desse projeto e no oferecimento de propostas consistentes para sua execução.

O Governo Federal está fazendo a sua parte. E começou, exatamente, destinando recursos específicos para a educação, através de lei recentemente sancionada, que torna aplicável a Emenda Constitucional n.º 24, conhecida como Emenda João Calmon, o seu autor. Resta, agora, mobilizar os outros níveis de governo e a sociedade para que também façam da educação a sua prioridade. Nós temos um objetivo a atingir: proporcionar a todos, indistintamente, a melhor educação possível. Os ideais democráticos de um regime político estável, de uma ordem econômica justa e de uma ordem social solidária e fraterna só serão materializados no dia em que a educação para todos deixar de ser a mais importante de nossas metas para se transformar na mais palpável de nossas realidades.

***Marco Maciel é ministro da Educação, senador da República (PFL); foi deputado, presidente da Câmara Federal e governador de Pernambuco.**